GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS

PAT : Nº. 20152930516098
RECURSO : DE OFÍCIO Nº. 457/2018
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : 2ª INSTÂNCIA/TATE/SEFIN / FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
INTERESSADA : SEARA ALIMENTOS LTDA
RELATOR : MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO: Nº. 432/2021/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN.

VOTO DO RELATOR

A empresa já qualificada nos autos foi autuada sob acusação de ter promovido a circulação de mercadorias constantes na NF-e 295436, sujeita ao recolhimento do ICMS ST antecipadamente através de GNRE, por ocasião da saída de seu estabelecimento, sem apresentar comprovante de pagamento na forma da Legislação tributária.

A infração foi capitulada no artigo 53, inciso II, alínea "d", art. 78, I e 98-A do RICMS/RO, aprovado pelo Dec. 8321/98 e Protocolos ICMS 28/93. A Penalidade tipificada no artigo 77, IV, alínea "a", item 3 da Lei nº 688/96.

O Crédito Tributário está assim constituído:

Tributo 12%:	R\$ 21.457,62
Multa 90%:	R\$ 19.311,85

Valor Total do Crédito Tributário: R\$ 40.769,47 (quarenta mil reais, setecentos e sessenta e nove reais e quarenta e sete centavos).

O Sujeito Passivo tomou ciência do auto de infração por meio de carta com AR (fl.05), em 15/10/2015, e apresentou defesa administrativa tempestiva (fls. 09/18). O Julgador Singular, através da Decisão de 1ª Instância sob o nº 2018.05.09.03.0061/UJ/TATE/SEFIN/RO (fls. 46/51) julgou improcedente a ação fiscal e declarou indevido o crédito tributário lançado na inicial. O sujeito passivo tomou

ciência da Decisão através de AR (fl. 53). Consta nos autos ciência do Autuante (fl. 56), do qual em suas contrarrazões concorda com o julgador singular. Consta Relatório deste Julgador (fls. 57/58).

Em razão do Recurso de Ofício interposto, após análise das peças constitutivas deste feito, passo as seguintes considerações:

A ação fiscal foi baseada na acusação de ter o ora contribuinte promovido a circulação de mercadorias constantes na NF-e 295436 sujeita ao recolhimento do ICMS ST antecipadamente através de GNRE, por ocasião da saída de seu estabelecimento, sem apresentar comprovante de pagamento na forma da Legislação tributária, eis que não era inscrito como substituto tributário no Estado de Rondônia.

O sujeito passivo vem aos autos, faz a transcrição dos dispositivos apontados no auto de infração como infringidos, argui em preliminar cerceamento de defesa na medida em que a descrição dos fatos não guarda qualquer relação com a realidade, visto que o imposto devido foi pago, reconhece a legitimidade da cobrança afirma que o ICMS ST é devido ao Estado de Rondônia (local de destino). Entretanto, a empresa recolheu o imposto integralmente de forma antecipada. Explicando que identificou a tempo a ausência do recolhimento do ICMS ST e **recolheu o valor do débito, por meio da Denúncia Espontânea, com juros e multa em 05/12/2014, antes da lavratura do Auto de Infração que só ocorreu em 02/09/2015**, assim sendo, torna-se indevida a cobrança do crédito fiscal, uma vez que o valor já foi recolhido e não existe débito de ICMS ST ao Estado de Rondônia.

Requeru a improcedência da ação fiscal em razão da extinção da obrigação pelo pagamento. Fundamentou sua decisão com base no artigo 138 do CTN e defende que a exigência deve ser afastada, pois não restou qualquer prejuízo ao erário estadual.

O juiz singular entendeu pela improcedência da ação em razão da denúncia espontânea, conforme art. 138 do CTN, uma vez que o pagamento do ICMS/ST ocorreu antes de iniciados os procedimentos fiscalizatórios em 02/09/2015.

Destarte, considerando que os argumentos trazidos pelo sujeito passivo foram analisados em julgamento de primeira instância, farei alguns apontamentos em

divergência, apenas sobre a preliminar de nulidade arguida pela defesa em relação a posição do julgador singular.

Pois bem, dos autos, conota-se que o sujeito passivo em sua defesa em sede preliminar, requer a nulidade do auto de infração sob o argumento de que a descrição dos fatos não guarda qualquer relação com a realidade, visto que o imposto devido na operação foi pago, e que por estas razões lhe foi cerceado o direito de defesa, preliminar essa rejeitada pelo julgador singular que não reconheceu no PAT qualquer afronta ao art. 100 da Lei 688/96, que prevê os requisitos de validade do auto de infração.

Todavia, esse julgador relator analisando o PAT de forma mais ampla, notou que a NFe nº 295436 de Fl. 03, que é objeto do auto de infração, foi emitida em 21/11/2014 e que a lavratura do auto de infração só ocorreu em 02/09/2015, ou seja, a quase 09 (nove) meses depois da passagem da referida NFe no posto fiscal de entrada no Estado de Rondônia, deste modo, tendo em vista que nos autos não consta a designação competente para a realização do procedimento fiscal em questão, bem como por não tratar-se de flagrante infracional, temos por violado o art. 65, V da Lei 688/96, que por via de consequência, gera a NULIDADE do auto de infração.

Contudo, no presente PAT a nulidade deve ser superada para a análise de MÉRITO, uma vez que nos autos, pode-se constatar que o sujeito passivo efetuou o recolhimento do ICMS ST, através de denúncia espontânea, antes de iniciado o procedimento fiscalizatório, bem como antes da devida notificação do sujeito passivo, conforme faz prova (fls. 38/43), restando demonstrado que o autuado adimpliu com suas obrigações tributárias, assim, torna-se evidenciado que não há elementos para o prosseguimento da ação fiscal.

Ademais, repito, pelo contido nos autos, restou demonstrado que a empresa não causou prejuízo ao erário, diante do adimplemento do imposto que era devido antes da autuação, bem como da notificação/ciência do Sujeito passivo, o isentando das obrigações tributárias que lhe foi imposta no presente PAT, pelo reconhecimento da denúncia espontânea prevista no art. 138, § U do CTN.

Da interpretação dos dispositivos acima indicado e da análise do contexto fáticos e jurídicos dos autos, por analogia, nos leva a conclusão que merece guarida os

argumentos de mérito apontados na defesa do ora recorrente, visto que no entender deste julgador a notificação ao sujeito passivo dos atos administrativos constitui condição essencial de validade do processo administrativo, a notificação ocorre como ato contínuo e necessário para formação do auto de infração. A validade do auto de infração só se opera com a intimação do sujeito passivo para que querendo pague ou impugne o auto de infração, exercendo o seu direito de ampla defesa e contraditório. Assim, fica claro que um procedimento interno sem a ciência do sujeito passivo não tem o condão de formalizar o início do procedimento fiscal.

Deste modo, a r. decisão monocrática que julgou improcedente o auto de infração deve ser mantida, reconhecendo-se a extinção do feito pelo instituto da denúncia espontânea, prevista no art. 138 do CTN.

Por todo o exposto e mais do que nos autos constam, **CONHEÇO DO RECURSO DE OFÍCIO** interposto para **NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo-se a Decisão Singular de **IMPROCEDENTE** o auto de infração.

É O VOTO.

Porto Velho, 15 de fevereiro de 2022.

MANOEL RIBEIRO DE MATOS JUNIOR
Relator/Julgador – 2ªCâm/TATE/SEFIN

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DE FINANÇAS
TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS - TATE

PROCESSO : Nº 20152930516098
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 457/2018
RECORRENTE : FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDA : SEARA ALIMENTOS LTDA
RELATOR : JULGADOR - MANOEL RIBEIRO DE MATOS JÚNIOR

RELATÓRIO : Nº 432/2021/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

ACÓRDÃO Nº 002/2022/2ª CÂMARA/TATE/SEFIN

EMENTA : ICMS ST – PROMOVER A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA ALCANÇADA PELO INSTITUTO DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA SEM O PAGAMENTO ANTECIPADO DO IMPOSTO - INOCORRÊNCIA - Autuação firmada na acusação de que o sujeito passivo promoveu a saída de mercadoria do estabelecimento sujeita ao ICMS ST sem o pagamento antecipado do imposto. Ausente a designação de fiscalização, o Auditor Fiscal estava impedido de lavrar o auto de infração, nos termos do art. 65, V da Lei 688/96, uma vez inexistente o flagrante infracional em razão da passagem da nota fiscal pelo posto fiscal meses antes da lavratura do auto de infração. A nulidade deve ser superada para análise de mérito, uma vez adimplida a obrigação tributária antes da notificação do PAT, conforme se faz prova documentações comprobatórias às fls. 38/43, portanto reconhecida a espontaneidade prevista no art. 138 do CTN. Infração fiscal ilidida pelo sujeito passivo. Mantida a decisão “a quo” que julgou improcedente a ação fiscal. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os membros do **EGRÉGIO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS ESTADUAIS-TATE**, à unanimidade em conhecer o Recurso de Ofício interposto para no final negar-lhe provimento, mantendo a Decisão de Primeira Instância que julgou **IMPROCEDENTE** a ação fiscal, conforme Voto do Julgador Relator, constante dos autos, que fará parte integrante da presente Decisão. Participaram do julgamento os Julgadores: Fabiano Emanuel Fernandes Caetano, Manoel Ribeiro de Matos Júnior, Juarez Barreto Macedo Júnior e Amarildo Ibiapina Alvarenga.

TATE, Sala de Sessões, 15 de fevereiro de 2022.

~~Anderson Aparecido Arnaut~~
Presidente

~~Manoel Ribeiro de Matos Junior~~
Julgador/relator